

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125.237 - SC (2020/0070434-5)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
RECORRENTE : LUCAS DE OLIVEIRA (PRESO)
ADVOGADO : HENRIQUE LABES DA FONTOURA - SC012033
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PROCESSO PENAL. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO NA PRISÃO. MATÉRIA NÃO APRECIADA PELA CORTE DE ORIGEM. *WRIT* ORIGINÁRIO PREJUDICADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO ORDINÁRIO LIMINARMENTE INDEFERIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por LUCAS DE OLIVEIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina proferido no HC n.º 5006331-06.2019.8.24.0000.

Consta dos autos que o Recorrente – preso em flagrante em 26/11/2018 – foi condenado às penas de 6 (seis) anos de reclusão, em regime inicial fechado, e 562 (quinhentos e sessenta e dois) dias-multa, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, em razão da apreensão de **63 buchas de cocaína, 105 pedras de crack, 7 torrões de maconha**, 2 rolos de plástico, 2 balanças de precisão e R\$ 225,00.

A Defesa interpôs apelação e, diante da demora na remessa dos autos ao Tribunal de Justiça local, impetrou *habeas corpus*, que foi julgado prejudicado pelo Desembargador Relator.

Foi interposto agravo regimental, o qual foi desprovido pela Corte de origem.

Neste recurso, sustenta o Recorrente que "*o objeto do HC não é a paralização de QUATRO MESES, mas o tempo decorrido entre sua prisão e o momento da impetração (01 ano), sem Trânsito em Julgado [...]*" (fl. 390).

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em seu favor.

É o relatório. Decido.

Superior Tribunal de Justiça

Observa-se que o Tribunal de origem julgou prejudicada a impetração originária nos seguintes termos (fls. 379-380):

"No habeas corpus sob exame, alegava-se que o paciente sofria constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo na formação da culpa, supostamente causado pela autoridade coatora, Juízo da Vara Criminal da comarca de Camboriú. Isso porque, após a interposição de recurso de apelação e contrarrazões, em 11/6/2019, os autos não foram encaminhados a esta Corte de Justiça, pois pendente o cumprimento da decisão judicial que determinou a intimação do Banco Aymoré para manifestação acerca do interesse no veículo apreendido.

Ocorre que, em consulta ao Sistema de Automação do Judiciário (SAJ), verificou-se que, em 13/12/2019, o recurso de apelação interposto pelo paciente foi distribuído e autuado neste Tribunal de Justiça e, no mesmo ato, encaminhado à Procuradoria de Justiça Criminal para o devido parecer, apresentado em 16/12/2019.

Desse modo, está clara a superveniente perda de interesse processual, motivo pelo qual ficou prejudicada a análise do habeas corpus, nos moldes do art. 659 do Código de Processo Penal, como bem entendeu o Relator originário.

Acrescenta-se, ainda, que o recurso de apelação criminal foi distribuído por transferência a este Relator, em 31/1/2020."

Como se vê, a matéria relativa ao excesso de prazo na prisão do Recorrente não foi examinada pelo Tribunal *a quo*, sendo vedada sua apreciação originária por esta Corte Superior de Justiça, sob pena de indevida supressão de instância.

Ilustrativamente:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. INDULTO. DECRETO N. 8.615/15. ORDEM ORIGINÁRIA INDEFERIDA LIMINARMENTE. MATÉRIA NÃO APRECIADA PELA CORTE ESTADUAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. FALTA GRAVE HOMOLOGADA FORA DO PRAZO DO DECRETO. IRRELEVÂNCIA. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE AGRAVO DESPROVIDO.

1. Evidenciado que o writ originário foi indeferido liminarmente sob o fundamento de que o habeas corpus não é a via adequada à análise do pedido de indulto, devendo ser interposto agravo em execução, resta evidenciada indevida supressão de instância, eis que alegações trazidas no presente mandamus devem ser previamente apreciadas por órgão colegiado do Tribunal a quo.

[...]

Agravo regimental desprovido." (AgRg no HC 360.024/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 14/06/2017; sem grifos no original.)

Superior Tribunal de Justiça

Ressalto que, nos termos da jurisprudência desta Corte, "[o]pera-se efetiva prejudicialidade do recurso ordinário em habeas corpus, no qual se busca o reconhecimento de excesso de prazo para remessa da apelação criminal ao Tribunal de origem, na medida em que as informações prestadas pelo juízo de origem atestam que houve regular processamento do recurso" (AgRg no RHC 63.290/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 01/12/2015, DJe 11/12/2015).

Nesse sentido:

"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INADEQUAÇÃO. ASSOCIAÇÃO E TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. RÉU CONDENADO. REGIME FECHADO. EXCESSO DE PRAZO PARA REMESSA DOS AUTOS DA APELAÇÃO PARA TJSC. PREJUDICIALIDADE. NEGATIVA DE RECORRER EM LIBERDADE. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. REITERAÇÃO DELITIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

2. O alegado excesso de prazo para encaminhamento dos autos ao Tribunal de Justiça está superado pela remessa e conclusão ao relator.

[...]

6. Habeas corpus não conhecido." (HC 449.593/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 03/12/2018.)

Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE o recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora